

PERFIL DAS CONDIÇÕES DE GESTÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DO PARANÁ

Marcus Quintanilha da Silva

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o perfil das condições de gestão das escolas do Paraná. Para isso utilizamos como metodologia a análise dos dados gerados pelo ICG (Índice de Condições de Gestão), um indicador parcial do Índice de Condições de Qualidade (ICQ), desenvolvido pelo NUPE – Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná. Souza *et Al.* (2005), Souza (2007), Dourado, Fernandes e Oliveira (s/d), além da Constituição Federal, LDB n. 9394/96 e a lei n. 11738/08 ajudam a compreender questões como salário, forma de provimento do diretor, existência e frequência de reunião dos conselhos de escola e a construção coletiva da proposta pedagógica como dimensões fundamentais nas condições de gestão para a oferta de educação de qualidade. Utilizando como base de dados os questionários de contexto da Prova Brasil de 2013, as análises apontam para uma diferenciação entre escolas urbanas e rurais, diferenças significativas de salário e forma de provimento entre as escolas que ofertam 5^{os} anos e 9^{os} anos, um bom índice de frequência de reunião dos conselhos de escola e da elaboração da proposta pedagógica de forma coletiva, seja a partir de um modelo ou de uma discussão na escola.

Palavras chave: Condições de Gestão, Prova Brasil, qualidade da educação, gestão democrática, Ensino Fundamental.

Introdução

A gestão da escola é dimensão fundamental quando se pensa em condições ideais de oferta de um ensino de qualidade. Pensando nisso, o objetivo desse texto é de construir um perfil básico de gestão das escolas públicas estaduais e municipais do Paraná através da exploração de uma metodologia específica. Nossa delimitação de análise se reduz ao ensino fundamental, com uma subdivisão das escolas que ofertam 5^{os} e 9^{os} anos, optando-se por não separar as escolas por dependência administrativa, haja vista que o pacto colaborativo de oferta da etapa no estado do Paraná, base de nossa análise, consiste em praticamente todas as escolas na administração dos anos finais pelo sistema estadual e dos anos iniciais pelas redes municipais.

Nossa metodologia de análise se baseou no ICQ, o Índice de Condições de Qualidade (GOUVEIA; SOUZA; SCHNEIDER, 2011). Mais que isso, utilizamos uma de suas dimensões, o indicador parcial Índice de Condições de Gestão (ICG), como ferramenta metodológica analítica para o fim de nosso estudo. Como o ICG trabalha com quatro variáveis, salário do diretor, forma de provimento do diretor, existência e frequência de reunião dos conselhos de escola e forma de construção da proposta pedagógica, a pesquisa se

baseou em tais variáveis. O sentido da investigação foi buscar em que nível se encontram as condições de gestão das escolas paranaenses e quais fatores exercem maior impacto para os anos iniciais e finais da etapa analisada.

Primeiramente fizemos uma breve explanação sobre gestão escolar e democrática na forma da lei, no sentido de situar o leitor acerca da compreensão que o indicador (e este texto) tem sobre a matéria. Posteriormente passamos a falar sobre a pesquisa que origina o trabalho e especificamente qual é a base de dados que fomenta o indicador.

A análise de dados investiga as escolas do Paraná desagregadas por anos iniciais e finais, ou seja, os questionários do diretor da Prova Brasil de 5ºs e 9ºs anos compuseram duas bases de dados distintas. Percebemos nas análises de dados que as condições de gestão das escolas que ofertam 9ºs anos estão ligeiramente melhores que as de 5ºs anos. Esse fato se dá principalmente pelos maiores salários e a forma de provimento.

Gestão escolar e democracia na forma da lei

Segundo Tavares e Zander (2011) a “constituição dos Estados nacionais incluiu, como tarefa do Estado, a responsabilidade pela organização de sistemas públicos de ensino”. Ao olharmos a evolução do direito à educação no Brasil conseguimos ver que tal responsabilidade sofreu avanços e retrocessos ao longo da história. O histórico da gestão democrática coincide com a trajetória da oferta e responsabilidade pela educação no país. Isso porque o caráter descentralizador do sistema educacional brasileiro desde os tempos de Brasil Colônia é característica marcante no país.

Desde a Constituição Imperial de 1824 (especialmente com o Ato Imperial de 1834), o ensino foi descentralizado, ou seja, não existia um poder central que efetivamente detinha o controle da formação educacional no país. Essa prática se estendeu por todo o Brasil Império, culminando em ações pontuais de municípios e estados no sentido de democratizar a educação no país. Araújo e Fernandes (2009) ressaltam as peculiaridades do desenvolvimento regional nesse país de extensão continental que é o Brasil, no entanto estabelece que as diferenças não determinam os sistemas de ensino, elas são condições impostas. Portanto, não justificam sucesso ou fracasso escolar considerando que a política educacional brasileira tem a função de organizar com equidade os sistemas educacionais.

A evolução desigual em termos econômicos em nosso país contribuiu para que tivéssemos um desenvolvimento diferenciado em termos de investimento financeiro nos diversos setores econômicos nas regiões brasileiras. E a responsabilidade do ensino público básico se manteve quase sempre com os estados e municípios, cabendo ao Poder Central a regulamentação e complementação, além de alguns institutos de educação de ensino médio e as Universidades. Com isso, a democratização do ensino evoluiu a passos muito lentos, enquanto tínhamos localidades com um grande número de alfabetizados outras eram compostas basicamente por analfabetos.

É apenas a partir de 1988 que nosso país inicia uma tentativa de respirar ares democráticos por um período maior de tempo. Essa observação se dá à medida que os períodos de democracia no Brasil são curtos, sempre interrompidos pela sombra da Ditadura. A materialização dessa onda democrática se mostrou antes de tudo com a nossa atual Constituição Federal de 1988. A educação passou a respirar os ares da democracia, em particular com o princípio da democracia nas escolas.

Souza *et Al.*(2005) argumentam que “para planejar, decidir, coordenar, executar ações, acompanhar e controlar, avaliar as questões públicas, como a educação, é importante envolvermos o maior número possível de pessoas neste processo”, no sentido de dialogar e democratizar a gestão. Na educação, a democracia na sua gestão é elencada particularmente nos princípios que norteiam o ensino no país. Tal princípio indica que o ensino do país deve ser ministrado com base na “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 1988), reforçada pelo inciso VII do art. 3º da Lei n. 9394/96, caracterizando que cada sistema de ensino é responsável pela sua legislação que contemple a democracia nas escolas.

O art. 14 da legislação é bastante incisivo em termos de gestão democrática. A redação do artigo dá ênfase à participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico na escola e a participação da comunidade escolar em conselhos escolares ou equivalentes. São questões relevantes mas não suficientes quando se tem na gestão escolar uma das dimensões para que a escola tenha condições de qualidade favoráveis para o atendimento da demanda educacional.

Podemos incluir alguns elementos para pensarmos a efetividade da gestão democrática nas escolas e sistemas/redes de ensino. Com base no modelo proposto por Souza

et Al. (2005), cinco instrumentos são considerados fundamentais para a democratização dos sistemas: Conferência da Educação, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef (agora Fundeb), Orçamento Participativo (na educação) e eleições de dirigentes escolares.

No âmbito escolar, Souza *et Al.* (2005) indicam outros os cinco instrumentos: Conferência Local da Comunidade Escolar, Conselho de Escola, Rotatividade no quadro de dirigentes da escola, Associação de Pais e Grêmios Estudantis. Perceba que a dimensão democrática na escola pode ser bem maior do que a contemplada na LDB e CF, haja vista a possibilidade da existência de diversas ferramentas de envolvimento social na educação.

Todos esses elementos são fundamentais quando se pensa em democratização nas escolas e sistemas/redes de ensino, no entanto para pensarmos em condições de gestão que aumentem as condições de qualidade das escolas em oferecer um ensino de qualidade, a forma de provimento dos dirigentes é fundamental, à medida que a grande maioria dos diretores no país não são eleitos pela comunidade escolar através do voto. Pois, segundo os questionários de contexto da Prova Brasil de 2011, analisados pelos idealizadores do site Observatório do PNE, apenas em 13,2% das escolas do país os diretores assumiram o cargo/função pela via da eleição.

Cabe ressaltar que a equipe diretiva não é o coração da escola. A relação entre professores e alunos sempre será o ponto principal e as ações da escola (inclusive o modelo de gestão) são voltados para o aprimoramento dessa relação e a melhoria da qualidade de ensino (SOUZA *et Al.*, 2005).

Condições de qualidade para a oferta de ensino nas escolas e a dimensão da gestão: o Índice de Condições de Gestão

As condições ideais para um processo de oferta de ensino de qualidade deveria ser perpassado por um processo que envolve financiamento, processo de ensino aprendizagem e resultado de sucesso escolar. Ou seja, a proposta de Dourado, Fernandes e Oliveira (s/d) sobre a tríade insumos-processos-resultados deveria ser o percurso padrão para que o aluno aprendesse com qualidade. Os autores salientam que a existência de uma estrutura material mínima de uma escola para oferecer condições de qualidade da oferta envolve algumas variações relacionadas ao projeto político pedagógico, o clima escolar e a gestão dos sistemas

e das escolas. Com base em documentos de instituições nacionais e internacionais, os autores elencam as condições primárias que impactam na oferta de ensino com qualidade:

- Salas de aula adequadas com a etapa/modalidade e idade;
- Ambiente escolar adequado para lazer, recreação, prática de esportes e reunião com a comunidade escolar;
- Equipamentos eletrônicos adequados e em quantidade necessária, assim como bibliotecas, acervos *online*, laboratórios de ensino, informática, etc.;
- Serviços de apoio pedagógico e adaptação à portadores de necessidades especiais;
- Ambiente seguro e voltado para uma cultura de paz.

São questões que certamente têm na gestão da escola um de seus pilares para sua concretização (ainda que não o único). Questões relacionadas à remuneração do diretor, existência e frequência de reunião dos conselhos de escola, construção coletiva de proposta pedagógica e participação da comunidade, professores e funcionários, nas decisões são aspectos reconhecidos pela literatura (SOUZA, 2007) como pontos importantes para possibilitar a elevação do padrão de qualidade de uma escola. Ademais, esses itens compõem bases de dados passíveis de serem lidas na busca por um panorama da gestão escolar. Isto é, trata-se de aspectos reconhecidamente influenciadores da qualidade escolar e que estão, ainda que parcialmente, à disposição da comunidade acadêmica.

A efetividade da política educacional em termos de acesso, permanência e bons resultados escolares é um assunto permanente na discussão da agenda brasileira de pesquisadores. O Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NUPE/UFPR desenvolveu há alguns anos a pesquisa intitulada “Qualidade no ensino fundamental: uma leitura das condições de efetividade dos sistemas estaduais e municipais de ensino a partir de indicadores de financiamento, condições de oferta e resultados escolares”¹. Nesse contexto, o ICQ – Índice de Condições de Qualidade foi criado no sentido de contextualizar as condições de infraestrutura, trabalho docente e gestão escolar, três pontos fundamentais para que uma escola possa oferecer um ensino de qualidade (GOUVEIA; SOUZA; SCHNEIDER, 2011).

¹ O autor do artigo desenvolve a pesquisa de mestrado intitulada “Perfil das Condições de Qualidade das Escolas Brasileiras”. A base do estudo envolve o indicador em questão.

O ICQ é formado por três indicadores parciais, o Índice de Condições do Professor (ICP), Índice de Condições de Gestão (ICG) e Índice de Condições Materiais da Escola (ICME). Para cada resposta, o objetivo foi de quantificá-la em relação ao conteúdo da mesma. Todas as quantificações, sejam das variáveis, dos indicadores parciais ou do próprio ICQ são mensuradas de 0 a 1. Estes são fomentados pelas medidas de contexto da Prova Brasil, que apresenta três tipos de questionários: questionário da escola, do professor e do diretor. O primeiro é composto por seis blocos de questões com 72 perguntas e é respondido por um aplicador da prova, isento de relações com a instituição. A segunda bateria de questões é respondida pelos professores das turmas que fazem as provas, com 152 questões. Por fim, o questionário do diretor, composto por 212 perguntas, respondido pelo mesmo².

Nas três dimensões propostas, entende-se que as condições do professor são as mais relevantes quando se fala em pressupostos básicos para uma escola oferecer um ensino de qualidade, tendo as condições materiais da escola em segunda importância de impacto. Ademais, os testes com o ICQ confirmam que se trata de um indicador com maior influência sobre os resultados escolares. Tais relevâncias são materializadas na fórmula que define o indicador:

$$\text{ICQ} = \text{ICP} * 0,6 + \text{ICME} * 0,3 + \text{ICG} * 0,1$$

Ou seja, para a equipe de pesquisadores, enquanto os professores influenciam 60%, as condições materiais 30%, a gestão impacta sobre 10% dos resultados escolares. Os autores nos alertam para o fato de que isto ocorre nesta base de dados, tendo em vista seu desenho e proposta, isto é, com os construtos elaborados em sua base e a noção de resultado com a qual ela trabalha, pois é bastante razoável supor que com outra base de dados, ou com outras variáveis ou ainda, com outro tipo de pesquisa, é possível se chegar a percentuais distintos daqueles indicados.

Para este trabalho nos interessa o terceiro indicador, o ICG. Portanto estudaremos mais especificamente essa dimensão e analisaremos alguns de seus resultados para as escolas do estado do Paraná. Passemos então a conhecer um pouco desse indicador parcial, iniciando com as questões que fomentam as variáveis e posteriormente a formulação do ICG.

O ICG é formado por quatro variáveis, intituladas V1, V2, V3 e V4. A pergunta relacionada à V1 diz respeito ao salário do diretor. Quanto maior seu salário, baseado no

² Existe o questionário de contexto do aluno, não utilizado para este fim.

índice de salário mínimo de 2013, maior sua quantificação no indicador. Sua pergunta e alternativas de respostas são as seguintes:

Q10 - Como diretor, qual é, aproximadamente, o seu salário bruto? (com adicionais, se houver).

- a) Até R\$ 678,00;
- b) Entre R\$ 679,00 e R\$ 1.017,00;
- c) Entre R\$ 1.018,00 e R\$ 1.356,00;
- d) Entre R\$ 1.357,00 e R\$ 1.695,00;
- e) Entre R\$ 1.696,00 e R\$ 2.034,00;
- f) Entre R\$ 2.035,00 e R\$ 2.373,00;
- g) Entre R\$ 2.374,00 e R\$ 2.712,00;
- h) Entre R\$ 2.713,00 e R\$ 3.390,00;
- i) Entre R\$ 3.391,00 e R\$ 4.746,00;
- j) Entre R\$ 4.747,00 e R\$ 6.780,00;
- k) R\$ 6.781,00 ou mais.

A variável V2 está relacionada à forma de provimento do diretor. As respostas de maior quantificação estão relacionadas à eleição do dirigente. A pergunta e as alternativas de respostas são as seguintes:

Q14 - Você assumiu a direção desta escola por meio de:

- a) Concurso público apenas;
- b) Eleição apenas;
- c) Indicação apenas;
- d) Processo seletivo apenas;
- e) Processo seletivo e Eleição;
- f) Processo seletivo e Indicação;
- g) Outra forma.

A variável V3 se refere à existência e frequência de reunião dos conselhos de escola. Sua frequência de reunião é o fator preponderante para maior quantificação nessa variável:

Q29 - O Conselho Escolar é um colegiado geralmente constituído por representantes da escola e da comunidade que tem como objetivo acompanhar as atividades escolares. Neste ano, quantas vezes se reuniu o Conselho Escolar?

- a) Não existe Conselho Escolar.
- b) Nenhuma vez.
- c) Uma vez.
- d) Duas vezes.
- e) Três vezes ou mais.

Por fim, a variável V4 compreende a forma de construção da proposta pedagógica. Quanto maior o envolvimento coletivo para a consolidação do documento maior o valor quantitativo da variável:

Q32 - Neste ano e nesta escola, como se deu a elaboração do Projeto Pedagógico?

- a) Não sei como foi desenvolvido;
- b) Não existe Projeto Pedagógico;
- c) Utilizando-se um modelo pronto, sem discussão com a equipe escolar;
- d) Utilizando-se um modelo pronto, mas com discussão com a equipe escolar;
- e) Utilizando-se um modelo pronto, porém com adaptações, sem discussão com a equipe escolar;
- f) Utilizando-se um modelo pronto, porém com adaptações e com discussão com a equipe escolar;
- g) Elaborou-se um modelo próprio, mas não houve discussão com a equipe escolar;
- h) Elaborou-se um modelo próprio e houve discussão com a equipe escolar.

A metodologia de quantificação das respostas consiste em atribuir a cada alternativa das respostas possíveis dos questionários um valor, conforme critérios elencados anteriormente. Porém, convém destacar que a pesquisa mencionada discute de maneira mais aprofundada as razões para os pesos e mostra os testes realizados para a finalização do ICQ e de suas partes (GOUVEIA; SOUZA; SCHNEIDER, 2011). De qualquer sorte, na tabela a seguir é possível se observar as quantificações internas em cada uma das variáveis:

Tabela 1 – Variáveis que compõe o Índice de Condições de Gestão (ICQ)

Variáveis	Pergunta do questionário de contexto - 2013	Quantificação
V1 - Salário do	Q 10	A = 0,1; B = 0,13; C = 0,18; D = 0,23; E = 0,28; F =

Diretor		0,33; G = 0,38; H = 0,45; I = 0,6; J = 0,85; K = 1
V2 - Forma de Provimento	Q14	A = 0,5; B = 1; C = 0,25; D = 0,5; E = 0,75; F = 0,3; G = 0
V3 – Indicador de Conselho de Escola	Q29	A = 0; B = 0; C = 0,25; D = 0,5; E = 1
V4 – Indicador de Proposta Pedagógica	Q32	A = 0,1; B = 0; C = 0,1; D = 0,2; E = 0,2; F = 0,33; G = 0,5; H = 1

Fonte: Prova Brasil (2013). Dados Trabalhados pelo autor (2016).

Definidas as variáveis, passamos à formulação do ICG. O índice considera a V1, V2 e V3 como aspectos de maior peso nas condições ideais para qualidade de ensino na escola, em particular a primeira, que atribui à remuneração do diretor o aspecto mais relevante do indicador. Cabe ressaltar que desde 2008 a Lei n. 11798/08 regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério, o que inclui os diretores, atualizados anualmente desde janeiro de 2009, com um valor mínimo a ser pago à uma jornada máxima de 40 horas. Isso garante um rendimento mínimo, inclusive aos diretores, que em sua grande maioria também são profissionais do magistério.

$$ICG = (V1*5 + V2*2 + V3*2 + V4) / 10$$

Assim temos formulado nosso indicador. Passemos a definir as bases metodológicas de análise do perfil proposto pelo trabalho e os dados que possibilitarão o desenvolvimento analítico dos resultados.

Análise do ICG das escolas do Paraná

O acesso aos dados que fomentaram nosso estudo³ são possíveis pelo site do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. No entanto existem

³ A partir de 2013 os resultados da Prova Brasil passaram a ser publicados em escolas de mais de 20 alunos e um mínimo de 80% de participação. Por não utilizarmos as proficiências da avaliação de larga escala, optamos por utilizar todos os dados do questionário de contexto respondido pelos diretores, inclusive das escolas que não

dois obstáculos: uma habilidade no manuseio da base de dados e a efetiva resposta dos diretores aos questionários. Sobre o segundo obstáculo, eles são respondidos pelo diretor (a) da instituição de ensino, que nem sempre o faz, deixando a instituição de ensino sem aquela informação. Assim, normalmente o que se encontra nesses questionários de contexto é uma quantidade razoável de questões sem respostas. No caso de nosso estudo, veremos que as escolas do Paraná tiveram uma taxa de não resposta muito pequena.

Outra limitação da nossa análise se refere ao fato de abordar somente o ensino fundamental. Isso se dá pelo fato que nosso questionário envolve apenas escolas dessa etapa de ensino, assim não permite avaliar outras etapas. Pela necessidade de detalhamento do trabalho, optamos por construir um quadro que resumisse nossa grade de análise dos dados. Cabe ressaltar que nesse estudo não tivemos como objetivo desagregar as escolas estaduais e municipais. A grande maioria das escolas que ofertam 9ºs anos são administradas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, e dos 5ºs anos pelos municípios.

Quadro 1 – Organização da análise dos dados de perfil das condições de gestão das escolas do Paraná – 2013

Subdivisão da Análise	Dependência Administrativa	Formas de análise
5º Ano	Escolas Municipais	-Análise quantitativa dos resultados do ICG, comparando com zonas urbanas e rurais, -Análise do ICG desagregado por variáveis.
	Escolas Estaduais	
9º Ano	Escolas Municipais	
	Escolas Estaduais	

Fonte: Dados trabalhados pelo autor (2016).

No quadro geral, nossos dados estão resumidos da seguinte forma:

Tabela 2 – Base de dados da pesquisa - 2016

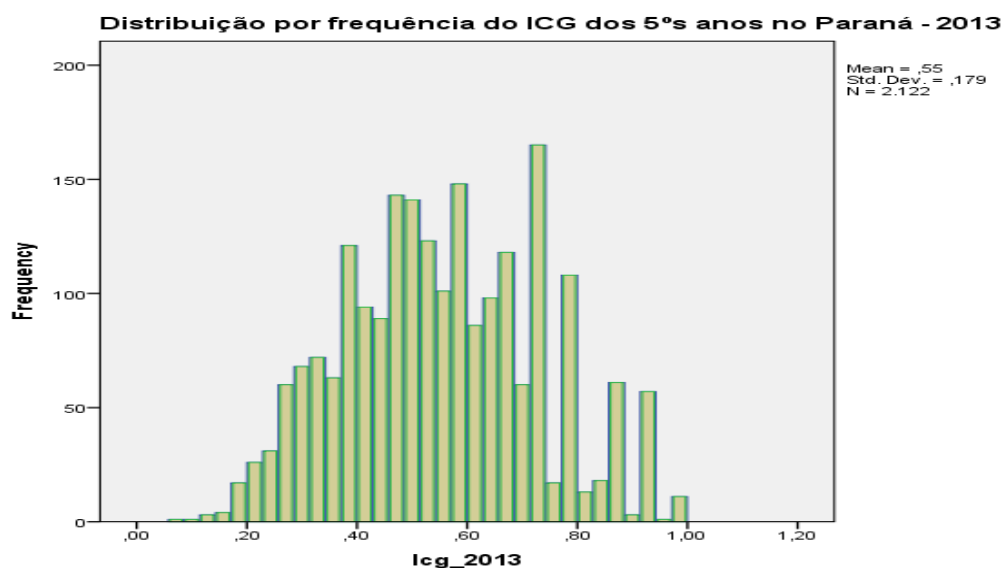
Subdivisão	Escolas	ICG Médio	Desvio Padrão	Varição
5º Ano	2122	0,5526	0,17876	17%

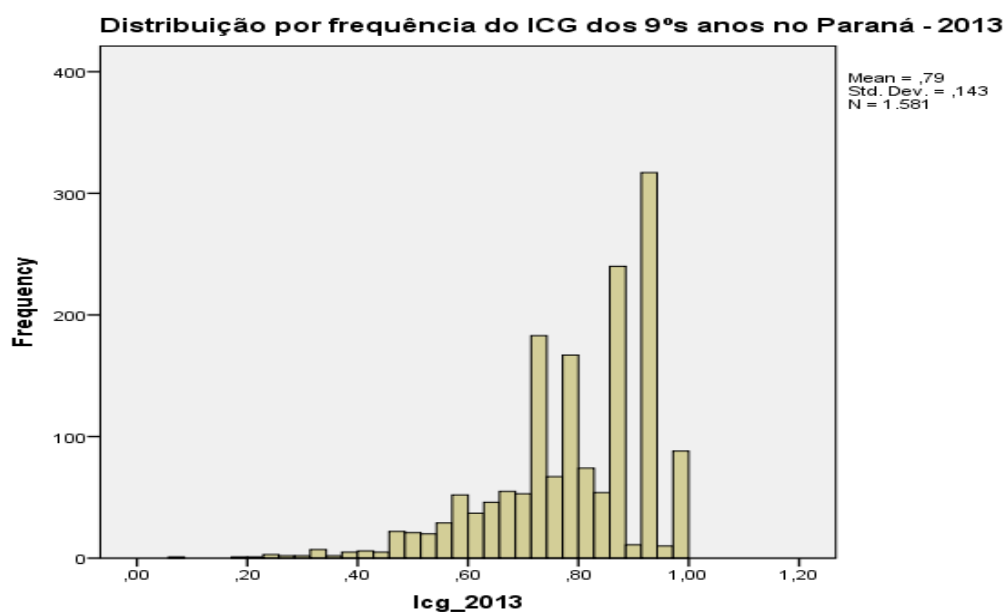
tiveram seus resultados amplamente publicados. É possível identificar tais escolas através do código do Inep, conhecido como máscara, pois inicia com o número 6 e trata-se de um número fictício.

Fonte: Prova Brasil (2013). Dados trabalhados pelo autor (2016).

Com 94 escolas sem resposta ou de forma incompleta às respostas (cerca de 4,24%), as escolas que ofertam os anos iniciais em que os diretores responderam os questionários apresentam uma média menor que as dos anos finais, grupo de escolas que contaram com 55 escolas sem respostas nos questionários (aproximadamente 3,36%). No entanto as escolas dos anos iniciais também apresenta uma variação menor, ou seja, teoricamente as condições de gestão são mais homogêneas entre as escolas do Estado.

Ainda observando o panorama apresentamos seguidamente dois histogramas, uma envolvendo os resultados do índice para os 5ºs anos e outro para os 9ºs anos.





São resultados bem distintos. Enquanto a frequência do ICG das escolas de 5º ano se concentram entre 0,4 e 0,7 com uma distribuição da grande maioria das escolas nessa faixa, as escolas de 9º ano tem em 0,92 a moda do ICG, ou seja, é o resultado mais frequente em mais de 300 casos. Praticamente 1000 casos estão concentrados em cinco resultados acima de 0,75. Os histogramas refletem os dados de variação e desvio padrão, que evidenciam que apesar da média mais alta das escolas de 9º ano, existe uma grande desigualdade. As médias dos 5ºs anos são mais baixas e com uma dispersão razoável.

Outra dimensão interessante quando se fala em condições de qualidade é a diferenciação entre zona urbana e zona rural. Assim, a tabela a seguir elenca dados de comparação dos resultados entre escolas urbanas e rurais.

Tabela 3 – Médias do ICG desagregado por variável considerando zona urbana e rural dos 5ºs anos - 2013

Zona Urbana					
	V1	V2	V3	V4	ICG 2013
Válidos	1992	1988	1998	1982	1952
Sem Resposta	46	50	40	56	86
Média	,4878	,6608	,6145	,5715	,5571
Zona Rural					
	V1	V2	V3	V4	ICG 2013
Válidos	175	175	173	175	170
Sem Resposta	3	3	5	3	8
Média	,4092	,6229	,5549	,5715	,5010

Fonte: Prova Brasil (2013). Dados trabalhados pelo autor (2016).

Tabela 4 – Médias do ICG desagregado por variável considerando zona urbana e rural dos 9ºs anos - 2013

Zona Urbana	V1	V2	V3	V4	ICG 2013
Válidos	1425	1425	1433	1424	1402
Sem Resposta	23	23	15	24	46
Média	,7443	,8971	,8915	,6497	,7966
Zona Rural	V1	V2	V3	V4	ICG 2013
Válidos	184	183	185	184	179
Sem Resposta	4	5	3	4	9
Média	,6433	,8158	,8514	,6553	,7273

Fonte: Prova Brasil (2013). Dados trabalhados pelo autor (2016).

Percebemos que a quantidade de escolas na zona urbana é muito maior, o que faz com que os resultados das escolas rurais não tenham tanto impacto em nível estadual. Em praticamente todos os resultados o ICG é maior nas escolas urbanas, mas com um percentual menor de diferenças nos anos finais. As desigualdades são menores nas escolas da zona rural, e as diferenças em termos salariais (V1) são as maiores para os dois panoramas.

Surgiu a necessidade de explorar o interior do indicador e verificar de forma geral quais são as fragilidades que influenciam mais diretamente os resultados de ICG. Na tabela abaixo podemos ver os resultados por variável nos 5ºs anos.

Tabela 5 - Resultados do ICG dos 5ºs anos desagregados por variável - 2013

	V1	V2	V3	V4
Válidos	2167	2163	2171	2157
Sem Resposta	49	53	45	59
Média	,4814	,6578	,6097	,5715
Mediana	,4500	1,0000	,5000	,3300
Moda	,45	1,00	1,00	,33
Desvio Padrão	,19057	,37103	,40782	,34401
Variância	,036	,138	,166	,118
Valor Mínimo	,10	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Prova Brasil (2013). Dados trabalhados pelo autor (2016).

Na tabela 6 utilizamos a mesma metodologia de análise dos resultados por variável dos 5ºs anos para analisar questões estatísticas dos 9ºs anos. É possível com tais dados uma análise comparativa de tais resultados, como será descrito posteriormente.

Tabela 6 - Resultados do ICG dos 9ºs anos desagregados por variável - 2013

V1	V2	V3	V4
----	----	----	----

Válidos	1609	1608	1618	1608
Sem Resposta	27	28	18	28
Média	,7328	,8879	,8869	,6503
Mediana	,8500	1,0000	1,0000	,3300
Moda	,85	1,00	1,00	1,00
Desvio Padrão	,20899	,25950	,24037	,34411
Variância	,044	,067	,058	,118
Valor Mínimo	,10	0,00	0,00	,10
Valor Máximo	1,00	1,00	1,00	1,00

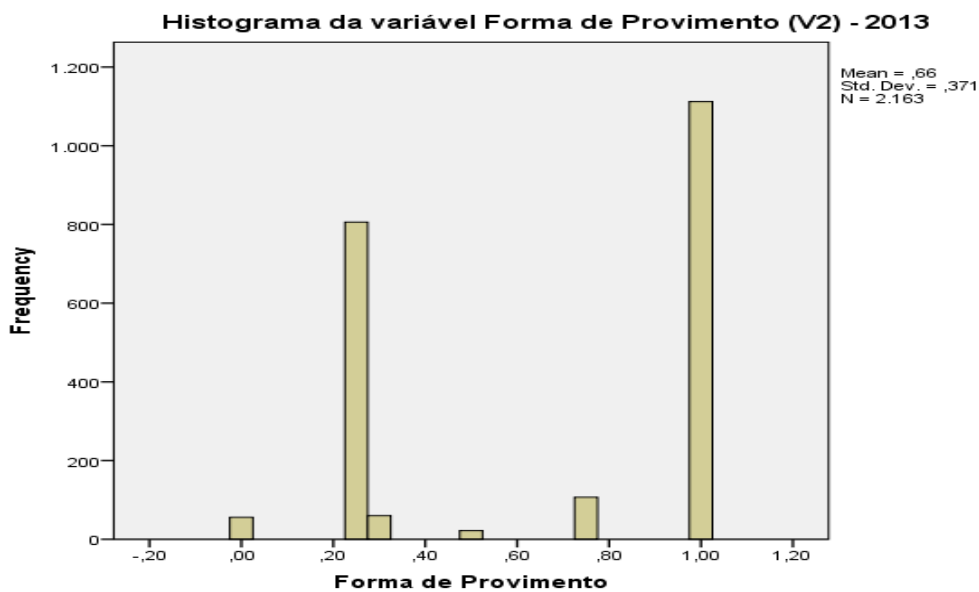
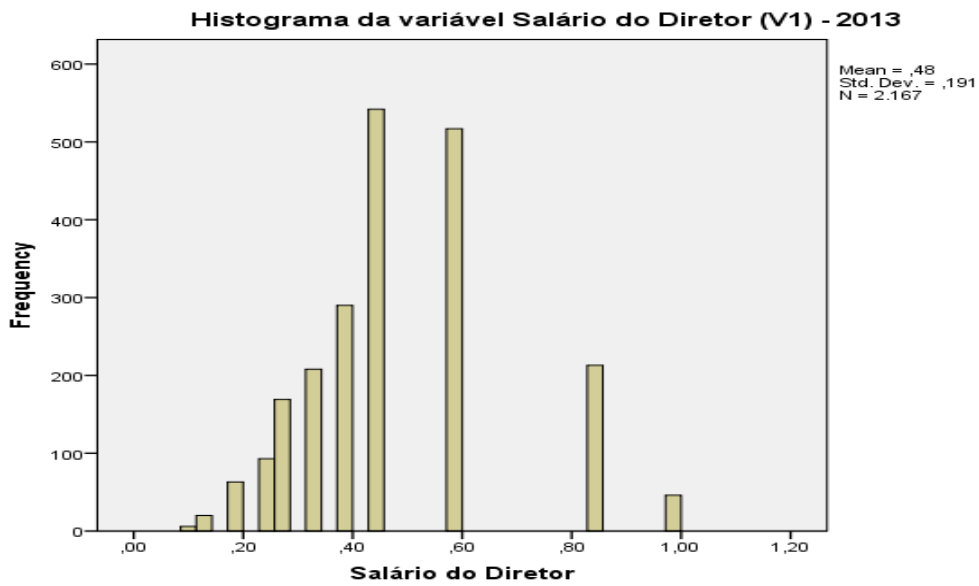
Fonte: Prova Brasil (2013). Dados trabalhados pelo autor (2016).

Com a apresentação dos dados de 5º e 9º ano percebemos dois panoramas distintos. Ainda que se tenha um desvio padrão menor na V1, ela tem maior peso no resultado do ICG, assim, os seus resultados, que são menores que as outras variáveis, influenciam diretamente no desempenho menor do ICG para os anos iniciais.

Já para os anos finais o que se tem é um desvio padrão maior que 0,2 em todas as variáveis, o que evidencia a existência de um lastro de desigualdade entre as escolas. Ainda que V1 tenha o menor resultado, não é tão pequeno em termos quantitativos em relação aos anos iniciais, logo isso não influencia nos resultados de forma tão abrupta para os anos finais. Lembramos que a V1 se refere ao salário do diretor, discutido na literatura acadêmica como questão essencial quando se pensa em ensino de qualidade. Olharemos a seguir os histogramas por variável. O principal objetivo é verificar os níveis de desigualdade em termos de salário, forma de provimento, existência e frequência de reunião dos conselhos de escola e construção da proposta pedagógica.

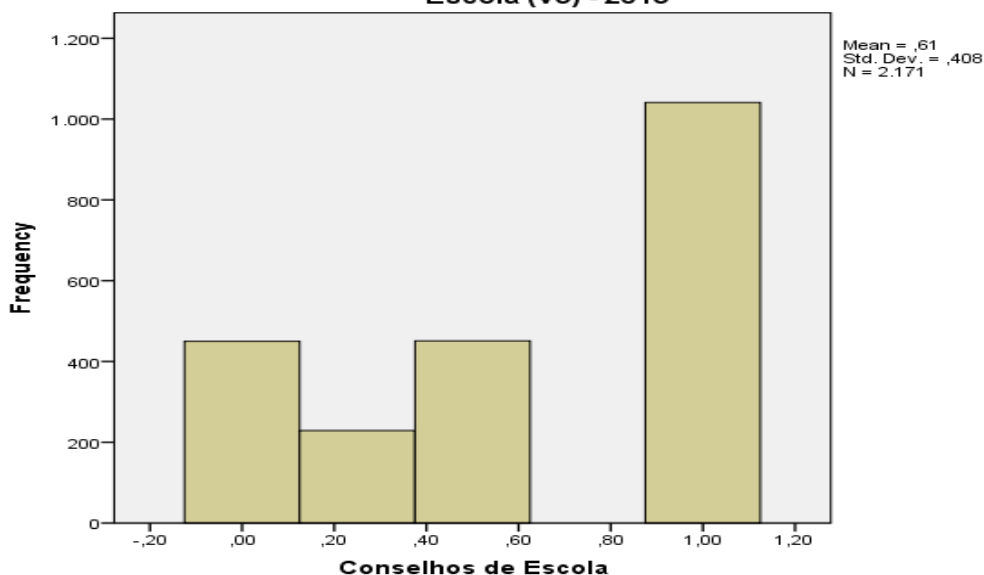
Análise das variáveis do ICG das escolas que ofertam anos iniciais

Passemos a analisar as quatro variáveis do ICG em distribuição de frequência de resultados, com o objetivo de verificar os níveis de desigualdade em cada dimensão do indicador.



Sobre a variável V1 observamos que os resultados estão concentrados entre 3,5 e 5 salários mínimos, com pouco mais de 1000 casos, com pouco mais de 200 casos acima desse patamar e o restante abaixo de 3,5 salários mínimos. Em relação a variável V2 temos cerca de 800 casos em que os diretores foram indicados. No entanto a maioria das escolas escolhe seu dirigente pelo voto.

Histograma da variável Existência e Frequência de Reunião dos Conselhos de Escola (V3) - 2013



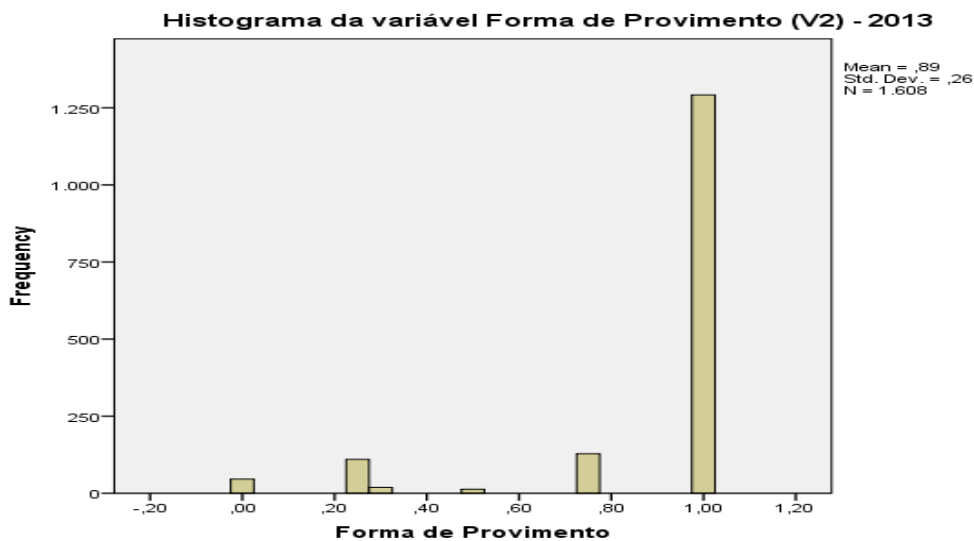
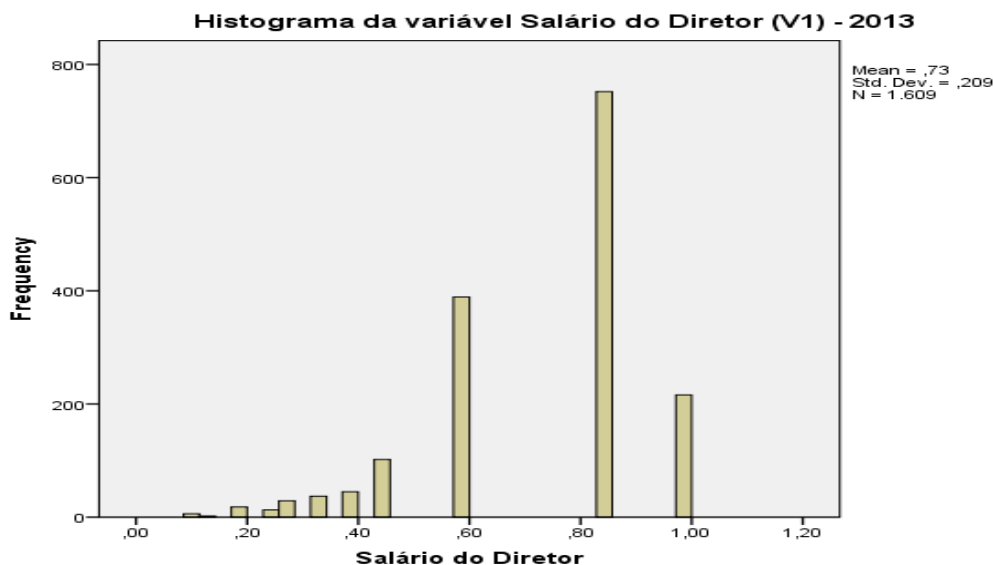
Histograma da variável Forma de Construção da Proposta Pedagógica (V4) - 2013



A variável V3 indica que mais de 1000 escolas reúne seu conselho com uma frequência maior que três vezes ao ano. Ainda sim existem instituições que não tem conselhos de escola. Por fim a variável V4 é clara ao indicar que a maioria das escolas constrói sua proposta pedagógica utilizando-se um modelo pronto, porém com adaptações e com discussão com a equipe escolar, ainda que se tenham cerca de 800 escolas em que se elaborou um modelo próprio e houve discussão com a equipe escolar.

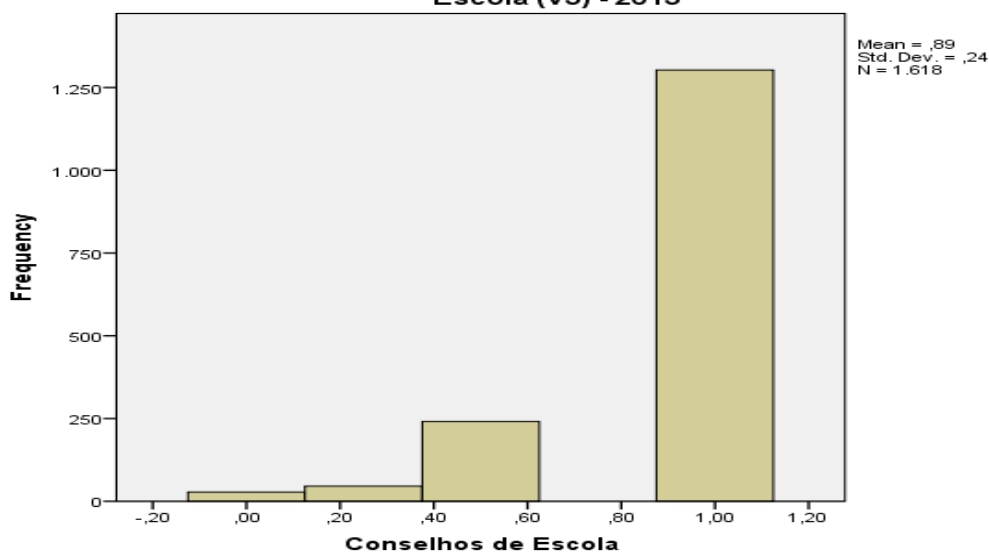
Análise das variáveis do ICG das escolas que ofertam anos finais

Seguindo o mesmo objetivo de análise dos anos iniciais, passemos às análises dos histogramas das variáveis do ICG dos anos finais.

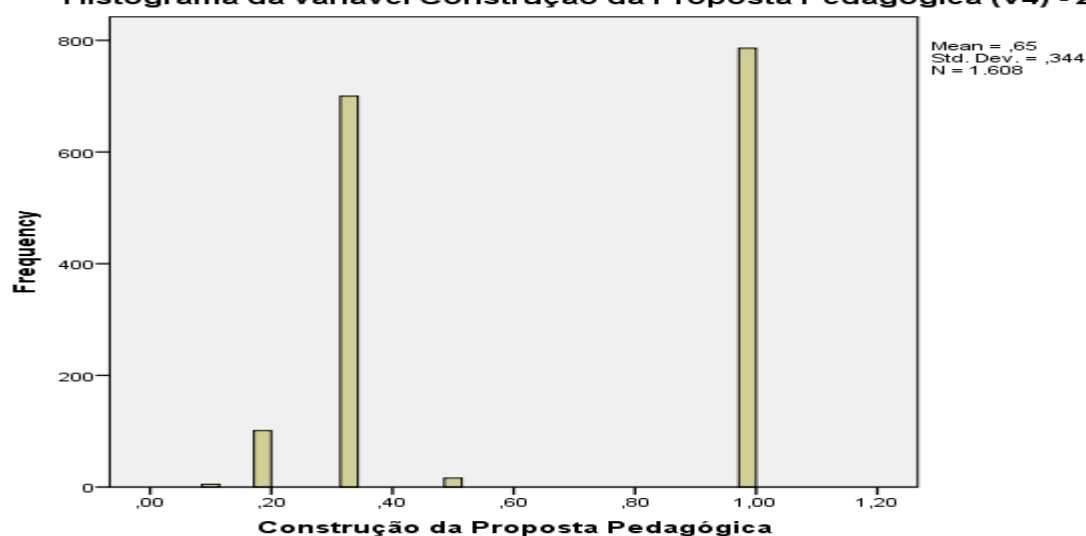


Os salários dos diretores dos anos finais são visivelmente maiores que dos anos iniciais. A maioria absoluta dos profissionais ganha mais que 5 salários mínimos, sendo que pouco mais da metade dos diretores recebem entre sete e dez salários mínimos. Em relação à forma de provimento, quase 80% das escolas elegem seus dirigentes, um bom resultado em termos de gestão democrática nas escolas.

Histograma da variável Existência e Frequência de Reunião dos Conselhos de Escola (V3) - 2013



Histograma da variável Construção da Proposta Pedagógica (V4) - 2013



Sobre a existência e frequência de reunião dos conselhos de escola, percebemos claramente que nos anos finais eles se reúnem em praticamente 80% das escolas mais de três vezes ao ano. Já sobre a construção da proposta pedagógica boa parte das escolas elaboraram um modelo próprio e houve discussão com a equipe escolar. Praticamente a mesma quantidade de escolas utilizou um modelo pronto e fez adaptações em uma discussão coletiva.

Considerações Finais

Utilizando como base metodológica uma dimensão do ICQ, o ICG, podemos concluir que existem diferenças razoáveis entre as escolas que ofertam 5º e 9º anos. De maneira geral, os resultados das escolas que ofertam anos finais são mais interessantes em termos de efetividade da gestão democrática e salários dos dirigentes. Ainda assim, se faz necessário o aprofundamento no estudo, haja vista que nossa metodologia de análise tem como base quatro variáveis importantes quando se buscam escolas que tenham boas condições de gestão voltadas à oferecer um ensino de qualidade, mas não são as únicas.

Outra questão que pode ser explorada são as diferenças dos resultados por porte de escola, complexidade de gestão (público atendido, modalidades ofertadas, etc.), e dependência administrativa⁴, que certamente podem dar outros panoramas do perfil levantado. Resumindo nossas conclusões, temos que:

- Os salários são maiores aos diretores que ofertam os anos finais;
- A forma de provimento por meio de eleição dos dirigentes está bem mais próxima de sua universalização nos anos finais que nos anos iniciais. Com base nos dados, das 1581 escolas analisadas, pouco mais de 1250 elegeram até o ano de 2013 seus dirigentes;
- De modo geral os resultados referentes à existência e frequência de reunião dos conselhos de escola são satisfatórios nos anos finais, com mais de 80% das escolas promovendo mais de três reuniões anuais. Os anos iniciais têm resultados razoáveis, com mais de 50% das escolas com a mesma frequência de reunião, mas para que essa dimensão esteja efetivada precisa-se avançar nas discussões de gestão democrática, em especial nas escolas municipais, conforme os dados coletados;
- A construção da proposta pedagógica nos anos iniciais e finais teve basicamente duas propostas metodológicas, a construção coletiva com base em um modelo ou a elaboração coletiva partindo da discussão na escola, sem tantas diferenças significativas entre os dados de 5ºs e 9ºs anos.
- Não é possível analisar o quanto é bom ou ruim os resultados de ICG, haja vista a ausência de dados comparativos com outros estados ou até mesmo uma série histórica. Mas é possível afirmar que os anos finais têm melhores condições de gestão nas escolas municipais e estaduais do Paraná. O peso do salário dos diretores e da forma de provimento certamente são os fatores diferenciais, haja vista que tem panoramas muito mais favoráveis aos anos finais.

⁴ Ainda que no caso do estado do Paraná essa divisão seja irrelevante em relação à metodologia utilizada nesse estudo.

Referências

ARAÚJO, G. C de. FERNANDES, C. F. R. Qualidade do ensino e avaliações de larga escala no Brasil: os desafios do processo e do sucesso educativo na garantia do direito à educação. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, v. 2, n. 2, 2009.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição. **República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11738 de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jul. 2008.

DOURADO, L.F; OLIVEIRA, J.F; SANTOS, C.A. A qualidade da educação: conceitos e definições. Brasília: MEC/Inep, s/d.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Brasília: Ministério da Educação, 1937. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 18/03/2016.

OBSERVATÓRIO DO PNE. Disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br/sobre-observatorio>> Acesso em: 23/12/ 2013.

SOUZA, A. R. **Perfil da Gestão da Escola no Brasil**. São Paulo: PUC, 2007. 302 f. Tese (Doutorado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

SOUZA, A R; GOUVEIA, A B; SCHNEIDER, G. Índice de Condições de Qualidade educacional: metodologia e indícios. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 22, n.48, jan/abril de 2011.

SOUZA, A. R. GOUVEIA, A. B. SILVA, M. R. SCHWENDLER, S. F. Gestão democrática da escola pública. IN: SOUZA, A. R. (org.) **Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. Da UFPR. 2005. 68p.

